PARECER JURÍDICO PRELIMINAR

Assunto: Análise e emissão de Parecer Jurídico em dispensa de licitação

Encaminhamento: Setor de Licitações e Contratos do Município de Xanxerê/SC

Objeto: *"Contratação de empresa para a Aquisição de fardamentos operacionais e administrativos, incluindo camisetas, camisas, calças, jaquetas, coletes refletivos, bonés e demais itens correlatos, destinados aos servidores do Departamento Municipal de Trânsito."*

I. RELATÓRIO

O Setor de Licitações e Contratos do Município de Xanxerê/SC, ao término da fase preparatória do certame, encaminhou até esta Procuradoria Jurídica os Autos de uma **Dispensa de Licitação**, para elaboração de Parecer Jurídico visando o controle prévio de legalidade acerca do procedimento adotado.

Trata-se de Processo cujo objeto refere-se à *"Contratação de empresa para a Aquisição de fardamentos operacionais e administrativos, incluindo camisetas, camisas, calças, jaquetas, coletes refletivos, bonés e demais itens correlatos, destinados aos servidores do Departamento Municipal de Trânsito."*

Compulsando os Autos, verifico a juntada dos seguintes documentos, suscintamente elencados abaixo.

I. Documento de Formalização de Demanda (**DFD**);

II. Termo de Referência (**TR);**

III. Estudo Técnico Preliminar (**ETP**);

IV. Memorando Designação do Fiscal, Cotação e Pesquisa de Mercado;

V. **Minuta do Aviso de Dispensa**.

Assinado por 1 pessoa: GABRIELLI MARIA SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://prefxanxere.1doc.com.br/verificacao/0820-8619-0281-410D e informe o código 0820-8619-0281-410D

Recebo os Autos no estado em que se encontram, mediante solicitação dirigida a esta Procuradoria Jurídica, pelo qual procedo a análise e elaboração de Parecer Jurídico Preliminar.

É o lacônico relatório.

II. PARECER

II.I DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Cumpre esclarecer, preliminarmente, que o **parecer jurídico não tem o condão de imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas, administrativas ou econômico-financeiras adotadas no Edital**, limitando-se aos aspectos estritamente jurídicos da matéria ao estabelecer um controle sob o prisma da legalidade. É o entendimento do Tribunal de Contas da União, neste exato sentir:

> *(...) O parecer da assessoria jurídica constitui um controle sob o prisma da legalidade, isto é, a opinião emitida atesta que o procedimento respeitou todas as exigências legais.* ***O parecerista jurídico não tem competência para imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas do edital, como esta que determina o prazo para início da operação****. Neste caso, cabia ao gestor definir tal prazo.*[1] *(...)* (Grifei)

É, inclusive, o que recomenda a Consultoria-Geral da União, de acordo com o Manual de Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, senão:

> ***O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões****, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto*. (Grifei)

[1] Tribunal de Contas da União. Acórdão n. 186/2010 – Plenário. Relator: Raimundo Carreiro. Processo n. 018.791/2005-4.

Assinado por 1 pessoa: GABRIELLI MARIA SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://prefxanxere.1doc.com.br/verificacao/0820-8619-0281-410D e informe o código 0820-8619-0281-410D

Portanto, passa-se à análise dos aspectos jurídicos do presente Processo Licitatório.

II.II DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Conforme dispõe o art. 53 da Lei nº 14.133/21, ao final da fase preparatória, seguirão os Autos até o órgão de assessoramento jurídico da Administração para emissão de parecer jurídico relacionado ao controle prévio de legalidade do processo. É a redação do citado artigo, senão, *in litteris:*

> *Art. 53.* ***Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação****. § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá: I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.* (Grifei)

O art. 72, do mesmo diploma, define que o processo de contratação direta deverá ser instruído com alguns documentos, sendo eles:

> *Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: I -* ***documento de formalização de demanda*** *e, se for o caso****, estudo técnico preliminar****, análise de riscos,* ***termo de referência****, projeto básico ou projeto executivo; II -* ***estimativa de despesa****, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; III -* ***parecer jurídico e pareceres técnicos****, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; IV -* ***demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido****;* ***V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; VI - razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço; VIII - autorização da autoridade competente****.* (Grifei).

Assinado por 1 pessoa: GABRIELLI MARIA SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://prefxanxere.1doc.com.br/verificacao/0820-8619-0281-410D e informe o código 0820-8619-0281-410D

Em detida análise aos Autos, verifico que o Processo está instruído com **(i) Documento de Formalização de Demanda (DFD)**, informando qual a Secretaria Requisitante; o responsável pela demanda; os agentes públicos envolvidos, entre outras informações; **(ii) Termo de Referência (TR)**, em que informada a definição do objeto, justificativa para contratação, **dotação orçamentária**, obrigações das partes, entre outras informações, **iii) Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, elencando as razões, requisitos e soluções, bem como os elementos probantes relacionados a viabilidade técnica e econômica da contratação **(iv) Memorando Designação do Fiscal, Cotação e Pesquisa de Mercado;** e ainda **(v) Minuta do Aviso de Dispensa de Licitação**, em que destacado qual o objeto, como se dará a participação na dispensa pelos proponentes interessados; além de informações quanto ao cadastramento, a fase de lances, julgamento das propostas, habilitação, contratação, sanções administrativas, e outras disposições gerais.

Neste contexto, é possível aferir que os Autos atendem as exigências mínimas legais definidas em lei e decreto regulamentador. Por essa razão, resta assegurada a regularidade jurídica da instrução da fase interna (preparatória) do presente Processo, vez que observada a sua compatibilidade com aquilo que define o ordenamento jurídico vigente.

II.II.I DA ANÁLISE DO TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Define o art. 6º, inciso XXIII da Lei nº 14.133/21, que o **Termo de Referência** é documento necessário para a contratação de bens e serviços, e deverá conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos, senão:

> *XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos: a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação; b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas; c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto; d) requisitos da contratação; e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento; f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e*

Assinado por 1 pessoa: GABRIELLI MARIA SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://prefxanxere.1doc.com.br/verificacao/0820-8619-0281-410D e informe o código 0820-8619-0281-410D

> *fiscalizada pelo órgão ou entidade; g) critérios de medição e de pagamento; h) forma e critérios de seleção do fornecedor; i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado; j) adequação orçamentária; (Grifei).*

Analisando detidamente o **Termo de Referência (TR),** verifica-se que os elementos indicados no artigo supratranscrito foram observados.

O inciso XX do mesmo artigo define, por sua vez, que o **Estudo Técnico Preliminar** é *"documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação"*, devendo conter os seguintes elementos (Vide art. 18, inciso XI, §1º):

> *§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos: I - **descrição da necessidade da contratação**, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público; II - **demonstração da previsão da contratação** no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; III - **requisitos da contratação**; IV - **estimativas das quantidades para a contratação**, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; V - **levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis**, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar; VI - **estimativa do valor da contratação**, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação; VII - **descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas** à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso; VIII - **justificativas para o parcelamento ou não da contratação**; IX - **demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;** X - **providências a serem adotadas pela Administração** previamente à celebração do contrato,*

Assinado por 1 pessoa: GABRIELLI MARIA SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://prefxanxere.1doc.com.br/verificacao/0820-8619-0281-410D e informe o código 0820-8619-0281-410D

> *inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual; XI* ***- contratações correlatas e/ou interdependentes****; XII -* ***descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras****, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; XIII -* ***posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina****.* (Grifei).

Destarte, a legislação Municipal, a seu turno, **regulamentou as hipóteses de dispensa de Estudo Técnico Preliminar**, nos processos de contratação direta, por meio do Decreto n° 49/2024, veja-se:

> *Art. 3º* ***O processo de contratação direta, que compreende os casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação****, deverá ser instruído com os seguintes elementos: (...) § 2º* ***A elaboração do Estudo Técnico Preliminar é dispensada nas seguintes hipóteses****: a)* ***quando o valor da contratação não ultrapassar 1/4 (um quarto) do limite estabelecido nos incisos II e II do artigo 75 da Lei 14.133/2021****; b) nos casos previstos nos incisos VII e VIII do art. 75 da Lei 14.133/2021; c) nos casos de prorrogação dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos; d) outros casos mediante justificativa fundamentada nos autos; (Grifei).*

Extrai-se, portanto, que em todos os processos de inexigibilidade bem como de dispensa de licitação que possuírem valor da contratação inferior a ¼ (um quarto) do limite estabelecido no inciso I do art. 75 (**R$ 31.362,78** para obras e serviços de engenharia ou de manutenção de veículos automotores) e inciso II do art. 75 (**R$ 15.681,00** para outros serviços e compras), estarão dispensados da realização do ETP.

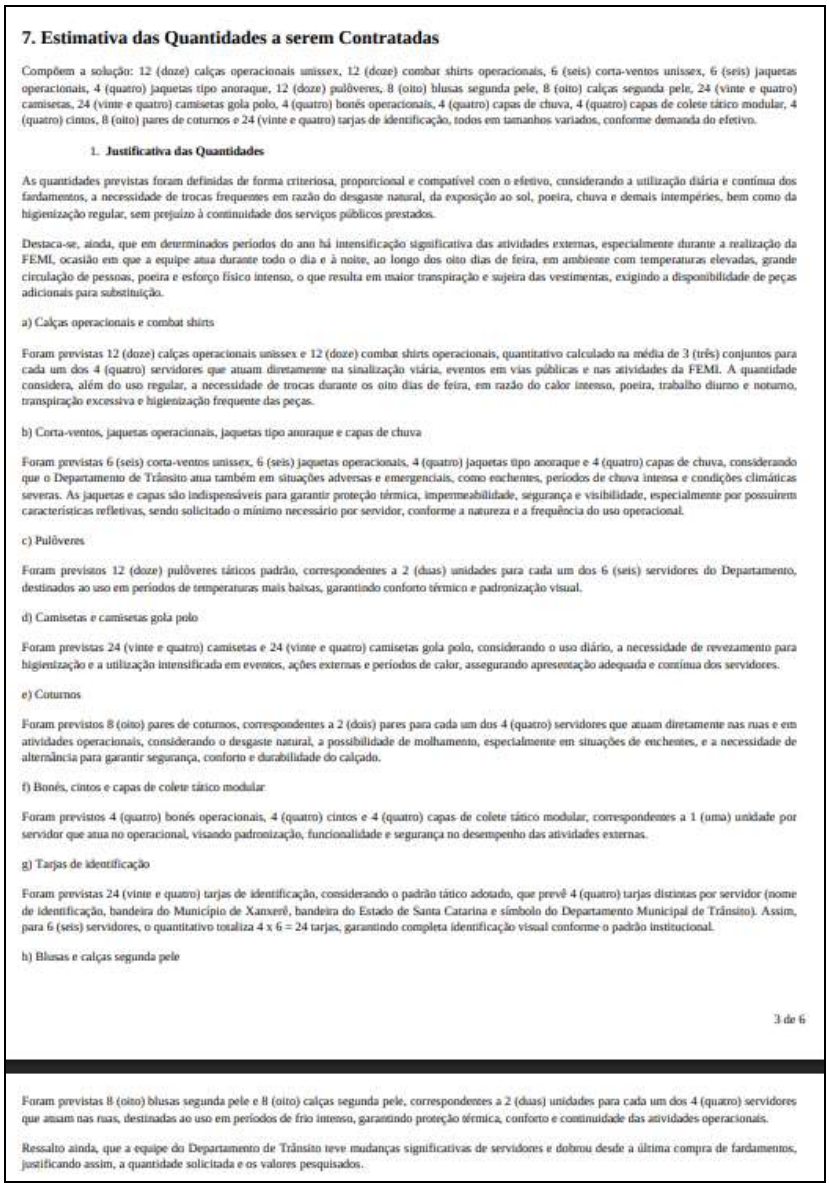
Em melhor análise ao Termo de Referência de Dispensa de Licitação, restou consignada a estimativa de custo em **R$ 39.205,18 (trinta e nove mil duzentos e cinco reais e dezoito centavos),** para o processo em questão.

O valor acima relacionado permite, de fato, que a contratação se dê por meio de Dispensa de Licitação, tendo em vista que se encontra dentro dos parâmetros instruídos pela Lei 14.133/2021, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, que dispõe acerca da possibilidade de contratação com ausência de processo licitatório *"**II** - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e*

Assinado por 1 pessoa: GABRIELLI MARIA SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://prefxanxere.1doc.com.br/verificacao/0820-8619-0281-410D e informe o código 0820-8619-0281-410D

compras", valor este atualizado para R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), pelo Decreto nº 12.807 de 29 de dezembro de 2025.

Ademais, a **justificativa** da quantidade estimada foi incluída no Estudo Técnico Preliminar, ao dispor acerca da necessidade da contratação. Conforme o recorte:



7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Compõem a solução: 12 (doze) calças operacionais unissex, 12 (doze) combat shirts operacionais, 6 (seis) corta-ventos unissex, 6 (seis) jaquetas operacionais, 4 (quatro) jaquetas tipo anoraque, 12 (doze) pulôveres, 8 (oito) blusas segunda pele, 8 (oito) calças segunda pele, 24 (vinte e quatro) camisetas, 24 (vinte e quatro) camisetas gola polo, 4 (quatro) bonés operacionais, 4 (quatro) capas de chuva, 4 (quatro) capas de colete tático modular, 4 (quatro) cintos, 8 (oito) pares de coturnos e 24 (vinte e quatro) tarjas de identificação, todos em tamanhos variados, conforme demanda do efetivo.

1. **Justificativa das Quantidades**

As quantidades previstas foram definidas de forma criteriosa, proporcional e compatível com o efetivo, considerando a utilização diária e contínua dos fardamentos, a necessidade de trocas frequentes em razão do desgaste natural, da exposição ao sol, poeira, chuva e demais intempéries, bem como da higienização regular, sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos prestados.

Destaca-se, ainda, que em determinados períodos do ano há intensificação significativa das atividades externas, especialmente durante a realização da FEMI, ocasião em que a equipe atua durante todo o dia e à noite, ao longo dos oito dias de feira, em ambiente com temperaturas elevadas, grande circulação de pessoas, poeira e esforço físico intenso, o que resulta em maior transpiração e sujeira das vestimentas, exigindo a disponibilidade de peças adicionais para substituição.

a) Calças operacionais e combat shirts

Foram previstas 12 (doze) calças operacionais unissex e 12 (doze) combat shirts operacionais, quantitativo calculado na média de 3 (três) conjuntos para cada um dos 4 (quatro) servidores que atuam diretamente na sinalização viária, eventos em vias públicas e nas atividades da FEMI. A quantidade considera, além do uso regular, a necessidade de trocas durante os oito dias de feira, em razão do calor intenso, poeira, trabalho diurno e noturno, transpiração excessiva e higienização frequente das peças.

b) Corta-ventos, jaquetas operacionais, jaquetas tipo anoraque e capas de chuva

Foram previstas 6 (seis) corta-ventos unissex, 6 (seis) jaquetas operacionais, 4 (quatro) jaquetas tipo anoraque e 4 (quatro) capas de chuva, considerando que o Departamento de Trânsito atua também em situações adversas e emergenciais, como enchentes, períodos de chuva intensa e condições climáticas severas. As jaquetas e capas são indispensáveis para garantir proteção térmica, impermeabilidade, segurança e visibilidade, especialmente por possuírem características refletivas, sendo solicitado o mínimo necessário por servidor, conforme a natureza e a frequência do uso operacional.

c) Pulôveres

Foram previstos 12 (doze) pulôveres táticos padrão, correspondentes a 2 (duas) unidades para cada um dos 6 (seis) servidores do Departamento, destinados ao uso em períodos de temperaturas mais baixas, garantindo conforto térmico e padronização visual.

d) Camisetas e camisetas gola polo

Foram previstas 24 (vinte e quatro) camisetas e 24 (vinte e quatro) camisetas gola polo, considerando o uso diário, a necessidade de revezamento para higienização e a utilização intensificada em eventos, ações externas e períodos de calor, assegurando apresentação adequada e contínua dos servidores.

e) Coturnos

Foram previstos 8 (oito) pares de coturnos, correspondentes a 2 (dois) pares para cada um dos 4 (quatro) servidores que atuam diretamente nas ruas e em atividades operacionais, considerando o desgaste natural, a possibilidade de molhamento, especialmente em situações de enchentes, e a necessidade de alternância para garantir segurança, conforto e durabilidade do calçado.

f) Bonés, cintos e capas de colete tático modular

Foram previstos 4 (quatro) bonés operacionais, 4 (quatro) cintos e 4 (quatro) capas de colete tático modular, correspondentes a 1 (uma) unidade por servidor que atua no operacional, visando padronização, funcionalidade e segurança no desempenho das atividades externas.

g) Tarjas de identificação

Foram previstas 24 (vinte e quatro) tarjas de identificação, considerando o padrão tático adotado, que prevê 4 (quatro) tarjas distintas por servidor (nome de identificação, bandeira do Município de Xanxerê, bandeira do Estado de Santa Catarina e símbolo do Departamento Municipal de Trânsito). Assim, para 6 (seis) servidores, o quantitativo totaliza 4 x 6 = 24 tarjas, garantindo completa identificação visual conforme o padrão institucional.

h) Blusas e calças segunda pele

3 de 6

Foram previstas 8 (oito) blusas segunda pele e 8 (oito) calças segunda pele, correspondentes a 2 (duas) unidades para cada um dos 4 (quatro) servidores que atuam nas ruas, destinadas ao uso em períodos de frio intenso, garantindo proteção térmica, conforto e continuidade das atividades operacionais.

Ressalto ainda, que a equipe do Departamento de Trânsito teve mudanças significativas de servidores e dobrou desde a última compra de fardamentos, justificando assim, a quantidade solicitada e os valores pesquisados.

Além disso, consta expressamente no ETP, alinhamento entre a contratação e planejamento, havendo previsão da referida contratação no Plano de Contratações Anual:

Assinado por 1 pessoa: GABRIELLI MARIA SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://prefxanxere.1doc.com.br/verificacao/0820-8619-0281-410D e informe o código 0820-8619-0281-410D

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação do serviço objeto deste Estudo Técnico Preliminar está prevista no item 294 do Plano de Contratações Anual do Município de Xanxerê para o exercício de 2026.

Outrossim, importa observar a justificativa pelo parcelamento da solução em lotes:

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento do objeto foi definido com base em critérios técnicos, funcionais e operacionais, visando assegurar a padronização necessária, a economicidade, a ampla competitividade e a adequada execução da contratação.

O Lote 1 foi composto pelos fardamentos principais de uso diário pelos servidores do Departamento Municipal de Trânsito, cuja utilização ocorre de forma simultânea e contínua nas atividades operacionais externas. A formação do lote justifica-se pela necessidade de padronização visual, funcional e técnica, uma vez que tais peças devem apresentar uniformidade de cor, tonalidade, tecido, textura, modelagem e acabamento.

A licitação desses itens de forma individualizada poderia resultar na contratação de fornecedores distintos, ocasionando variações perceptíveis entre as peças, como diferenças de tecido, tom de cor e padrão de confecção, o que comprometeria a identificação institucional, a imagem do órgão e a padronização do uniforme, especialmente em ações de fiscalização, sinalização viária e eventos públicos.

A contratação dos fardamentos principais em lote assegura que os itens sejam fornecidos com padrão único de fabricação, garantindo a homogeneidade necessária para o uso conjunto das peças e para a adequada apresentação dos servidores em serviço.

Por sua vez, os itens licitados de forma parcelada possuem características individualizadas e funções complementares, não exigindo identidade absoluta de cor, tecido, textura ou modelagem em relação aos fardamentos principais. Tratam-se de itens específicos, destinados a finalidades pontuais, cuja aquisição por item não compromete a padronização geral do uniforme.

Assim, o parcelamento desses itens permite ampliar a competitividade, viabilizar a participação de fornecedores especializados e assegurar a proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da funcionalidade, segurança ou identidade visual do Departamento Municipal de Trânsito.

Dessa forma, o parcelamento adotado mostra-se tecnicamente justificado, proporcional e compatível com o interesse público, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, isonomia e economicidade.

De mencionar, por fim, o **DECRETO MUNICIPAL Nº 07**, de 08 de janeiro de 2024[2], pois conforme vê-se do Termo de Referência, bem observada as disposições do citado Decreto com relação à **elaboração da pesquisa de preços** para fins da determinação do preço estimado do processo, foram utilizados dois parâmetros previstos no Decreto n°7, sendo eles Painel de Preços, contratação similares feita pela Administração Pública.

E por fim orçamento de empresas especializadas, **63.148.419 GEOVANA BATTISTI FERREIRA - CNPJ: 63.148.419/0001-05, FUNCIONAL TECHNOLOGICAL GARMENTE LTDA – CNPJ: 02.777.319/0001-53, VERTICE COMÉRCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA - CNPJ: 08.763.888/0001-26.**

[2] Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do município de Xanxerê/SC, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Assinado por 1 pessoa: GABRIELLI MARIA SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://prefxanxere.1doc.com.br/verificacao/0820-8619-0281-410D e informe o código 0820-8619-0281-410D

Vejamos no item Levantamento de Mercado, quais ferramentas foram utilizadas para a contratação:

> **5. Levantamento de Mercado**
>
> Para realização da pesquisa de preços foram seguidos parâmetros em conformidade com o art. 5º do Decreto Municipal nº 7/2024, conforme segue:
>
> Parâmetro I: Realizou-se pesquisa de preços junto ao Painel de Preços do Compras.gov.br, sendo que foi possível localizar alguns itens compatíveis.
>
> Parâmetro II: buscou-se por contratações similares de outros entes públicos. Sendo que também foi possível localizar itens compatíveis.
>
> Parâmetro III: Procedeu-se também à pesquisa direta com fornecedores da região, obtendo-se resultados satisfatórios para a formação do preço de referência, conforme demonstrado nos documentos anexos.
>
> Dessa forma, será considerado para a contratação o menor preço de mercado apurado, observados os parâmetros legais e técnicos adotados na pesquisa.

Cabe destacar, ainda, que a fase preliminar do presente Processo foi realizada pelos agentes de contratação designados pelo Secretário Requisitante, restando observado o **princípio da segregação de funções**, na forma do art. 1º e 4º, inciso V do **DECRETO MUNICIPAL Nº 363[3],** de 18 de outubro de 2023.

II.II.II.II DA ANÁLISE DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Trata-se da análise de uma **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, a ser realizada com fulcro no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/21, que dispõe acerca da possibilidade de contratação com ausência de processo licitatório que envolva ***II*** *- para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;",* valor este atualizado para R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), conforme lê-se do Decreto nº 12.343/2024, e que o valor de **R$ 39.245,98 (trinta e nove reais, duzentos e quarenta e cinco mil, com noventa e oito centavos),** estimado pelo agente de contratação designado não ultrapassa citado montante.

Ademais, no documento denominado **Aviso de Dispensa de Licitação** percebe-se que identificados todos os elementos necessários para a fidedigna e perfeita

[3] Regulamenta as funções dos agentes públicos com atuação nas licitações e contratos administrativos, pela Nova Lei de Licitações – Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Xanxerê, e dá outras providências.

Assinado por 1 pessoa: GABRIELLI MARIA SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://prefxanxere.1doc.com.br/verificacao/0820-8619-0281-410D e informe o código 0820-8619-0281-410D

contratação do objeto almejado pela Administração Pública, quais consubstanciados nas normas vigentes da Lei nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 49/2024.

V. DA CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, considerando que os presentes Autos se encontram dentro dos permissivos legais, notadamente com relação à Lei nº 14.133/21 e o Decreto Municipal nº 49/2024, exaro **OPINATIVO FAVORÁVEL** à realização da presente dispensa pretendida pela Administração Pública.

É o parecer.

Xanxerê/SC, 12 de janeiro de 2026.

GABRIELLI MARIA SANTOS
Consultora Jurídica do Município de Xanxerê
OAB/SC 70.774

Assinado por 1 pessoa: GABRIELLI MARIA SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://prefxanxere.1doc.com.br/verificacao/0820-8619-0281-410D e informe o código 0820-8619-0281-410D

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 0820-8619-0281-410D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

GABRIELLI MARIA SANTOS (CPF 103.XXX.XXX-02) em 12/01/2026 13:03:27 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://prefxanxere.1doc.com.br/verificacao/0820-8619-0281-410D